



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
Farmácia

Logan Teixeira Freitas

**Vivência de acadêmicos transexuais na área da saúde:
Análise das dificuldades sofridas no ambiente acadêmico**

FORTALEZA
2020

Logan Teixeira Freitas

Vivência de acadêmicos transexuais na área da saúde:
Análise das dificuldades sofridas no ambiente acadêmico

Monografia TCC2 apresentado ao curso de Bacharel em Farmácia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação do prof. Me. Felipe Rodrigues Magalhães de Aguiar

FORTALEZA
2020

Logan Teixeira Freitas

Vivência de acadêmicos transexuais na área da saúde:
Análise das dificuldades sofridas no ambiente acadêmico

Monografia TCC2 foi apresentado no dia 10 de Dezembro de 2020 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Farmácia do Centro Universitário – UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Me. Felipe R. Magalhães de Aguiar
Orientador – Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

Prof^a. Dra. Julia Aparecida Lourenço de Souza
Membro – Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

Prof^o. Me. Moises Maia Neto
Membro – Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO

Ao professor Felipe Magalhães, que com sua dedicação e cuidado de mestre, orientou-me na produção deste trabalho

Sumário

Resumo	5
Abstract	6
1.Introdução.....	7-8
2.Objetivo geral.....	9
3.Objetivo específico.....	9
4.Transexualidade e sociedade.....	10
4.1.Fenômeno transexual.....	10-11
4.2.Nome social.....	12-14
4.3.Ponto de conflito.....	15-16
4.4.Transfobia.....	17-18
5.Metodologia.....	19
5.1.Tipo de estudo.....	20
5.2.Participantes da pesquisa.....	20
5.3.Local da pesquisa.....	20
5.4.1.Critérios de inclusão.....	21
5.4.2. Critérios de exclusão.....	22
5.4.3.Riscos.....	22
5.4.4. minimização de riscos.....	22
5.4.5.Benefícios.....	23
5.4.6.Aspectos éticos.....	23
6.Resultados e discussão.....	23-31
7.Considerações finais.....	32
8 Referencias	33

**A vivência de acadêmicos transexuais na área da saúde:
Análise das dificuldades sofridas no ambiente acadêmico**

Logan Teixeira Freitas²

Felipe Rodrigues Magalhães de Aguiar¹

RESUMO

As pessoas transexuais/transgêneros são pessoas que possuem uma identidade de gênero que não condiz com o sexo atribuído ao nascer. Algumas dessas pessoas podem sentir a necessidade de modificar partes do corpo ou a aparência por meio de intervenções cirúrgicas e por outros métodos que readéquem o seu corpo com a sua imagem psicológica. Esses indivíduos ultrapassam as convenções definidas a partir de uma anatomia e sexualidade imposta pela sociedade. Esse projeto coletou dados que evidenciem a rotina acadêmica de alunos transexuais no antes, durante e depois da transição, possivelmente mostrando a relação entre rendimento acadêmico e as implicações relacionadas com as expectativas de gênero, preconceito e aceitação. Foi feita análise de dados que avaliam as dificuldades que os acadêmicos transgêneros sofrem em sua vivência com os demais alunos do curso, professores e instituição durante todo o período de graduação, desde as dificuldades com o nome social, aceitação dos amigos e professores ao apoio psicológico e acadêmico por parte da instituição. O presente trabalho apresenta uma abordagem metodológica quantitativa onde foi aplicado um questionário em formato de formulário online para a coleta das informações relevantes aos objetivos, com pessoas trans buscando relatar sobre as dificuldades desses acadêmicos e como essas dificuldades podem influenciar a

¹ Prof^a. Orientador do curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO.

formação profissional. Os resultados encontrados com esse projeto estão na comprovação da alta taxa de baixo rendimento acadêmico desses alunos, tendo vários relatos de casos envolvendo a violência verbal o que mostra a prevalência do preconceito e do bullying sofrido por esses acadêmicos durante o período de graduação, tendo a desistência da graduação como uma das consequências desses atos de transfobia (qualquer ato de violência, seja ela física ou verbal, sentimentos de repulsa ou desconforto em relação a pessoas transexuais) e com isso, alcançado resultados de pessoas transexuais que possuem dificuldades em possuir um ensino superior e que além disso, possuem níveis de escolaridade incompleta.

Palavras-chave: Acadêmico. Transgênero. Graduação. Transfobia.

ABSTRACT

Transsexual / transgender people are people who have a gender identity that does not match the sex attributed at birth. Some of these people may feel the need to modify body parts or appearance through surgical interventions and other methods that re-adapt their body to their psychological image. These individuals go beyond the conventions defined by an anatomy and sexuality imposed by society. This project collected data that show the academic routine of transsexual students in the before, during and after the transition, possibly showing the relationship between academic performance and the implications related to gender expectations, prejudice and acceptance. Data analysis was carried out to assess the difficulties that transgender academics suffer in their experience with the other students of the course, teachers and institution during the entire undergraduate period, from difficulties with the social name, acceptance of friends and teachers to support psychological and academic on the part of the institution. The present work presents a quantitative methodological approach in which an online form questionnaire was applied to collect the information relevant to the objectives, with trans people seeking to report on the difficulties of these academics and how these difficulties can influence the professional formation. The results found with this project are in the proof of the high rate of low academic performance of these students, having several case reports

involving verbal violence which shows the prevalence of prejudice and bullying suffered by these students during the period of graduation, having the withdrawal from graduation as one of the consequences of these acts of transphobia (any act of violence, whether physical or verbal, feelings of disgust or discomfort towards transsexual people) and with that, achieved results of transsexual people who have difficulties in having a higher education higher education and that, in addition, have incomplete education levels.

Key words: Academic. Transgender. University graduate. Transphobia.

1. INTRODUÇÃO

Cada indivíduo é único e possuem suas características próprias, essas características nos identificam e nos torna diferentes uns dos outros. Na infância aprendemos a agir de acordo com o sexo biológico, o qual nos é definido ao nascer. Durante a infância, somos ensinados que homens precisam fazer o que homens fazem (um modelo de perfeição e superioridade, onde é destacado um domínio sobre as mulheres) e fazerem o que mulheres nasceram para fazer, que é algo já programado por ser algo de sua natureza, como manter a inferioridade perante o homem e permanecer submissa ao mesmo. Com isso observam-se as diversas barreiras que são levantadas entre os gêneros. (LAQUEUR, 1989)

No decorrer de várias décadas sempre tem acontecido mudanças dramáticas no meio social e cultural no que se refere a questões tanto psicológicas quanto referentes aos direitos civis das pessoas transexuais. Em mais de cinquenta anos no meio científico, questões referentes à orientação sexual são abordadas através da perspectiva de que a sexualidade não está vinculada a uma lógica binária, que será explicada mais à frente. (GABRIELLA, VALESKA, 2018)

Para se falar de sexualidade, precisamos compreender, sobre os termos: orientação sexual e identidade de gênero. Segundo Gregório, no conceito de orientação sexual, podemos dizer que é a forma pela qual o indivíduo se sente atraído

de forma psicológica e sexual por outro indivíduo e dentro dessa questão sobre sexualidade, temos ainda as categorias que determinam cada uma delas. O assexual é um indivíduo que não sente atração sexual por nenhum outro indivíduo; o bissexual é um indivíduo que sente atração por ambos os sexos, masculino e feminino; o heterossexual sente atração pelo sexo oposto ao seu; temos o homossexual que sente atração por indivíduos que possuem o mesmo sexo que o seu; (Gregorio, 2010), o pansexual sente atração por todos os sexos, não fazendo distinção entre eles; e temos o pomosexual, pessoas que não possuem uma categoria sexual fixa, ou seja, sua sexualidade é transitória (AUGÉ, 1994), dispersas (DELEUZE & GATARRI, 1995) e fragmentárias (BLANCHOT, 1990), que se apresenta como uma configuração sexual indefinida. Agora, quando falamos no termo identidade de gênero, temos indivíduos que se identificam com o masculino ou feminino (CSORDAS, 1988).

Quando nos referimos às identidades binárias, compreende-se aos indivíduos que se identificam com o gênero dado a elas no nascimento. Nessa mesma linha, temos os não-binários, indivíduos que se opõem aos gêneros masculino e feminino dados no nascimento, que podem se fixar em um gênero em específico ou podem fluir entre o masculino e o feminino de acordo com seu desejo, ou seja, são indivíduos que não serão totalmente masculinos ou totalmente feminino, podendo permanecer na neutralidade. (LORENZO BERNINI, 2011)

Para deixar de uma forma mais simples de se entender, podemos conceituar as identidades não binárias como: bigênero, indivíduos que se identificam totalmente com os dois gêneros, tanto masculino como o feminino; agênero, indivíduo que não possui nenhuma afinidade por qualquer gênero determinado; demigênero, é um termo usado para determinar um indivíduo que possui várias identidades de gênero, ou seja, parcialmente feminino ou parcialmente masculino ou até mesmo em parte sendo identificado como não-binário; pangênero, indivíduo que possui diversos gêneros e por fim temos o gênero fluido, indivíduos que possuem constantes mudanças quanto ao gênero, não sendo restrito apenas aos dois mais conhecidos pela sociedade (ESPECTOMETRIA NÃO-BINÁRIA, 2015).

E de grande relevância a importância do crescimento das manifestações que tenham ligação com a transexualidade e conseqüentemente com a população trans nas últimas décadas e que hoje está se espalhando em todo país e no mundo.

Na categoria do chamado inversões de papéis, temos o comportamento de indivíduos que se vestem ou se produzem de acordo com o gênero oposto e isso acaba gerando confusão em outras pessoas que não fazem parte do meio LGBTQIA+ (Lesbica, Gay, Bissexual, Transexual, Queer, Intersexo, Asexual). Entre eles, destacam-se *drag queens*, travestis e transexuais, todos pertencentes ao mesmo grupo chamado de transgêneros (JESUS, 2012).

Drag queens são indivíduos que se identificam com o gênero masculino e que adotam o gênero feminino momentaneamente, onde eles interpretam papéis para fins profissionais ou artísticos. Os indivíduos que se identificam como travestis, são os que utilizam roupas do sexo oposto para fins sexuais. Os transexuais são indivíduos que sentem insatisfação com seu sexo biológico dado ao nascimento. Esse conceito vai além do simples ato de vestir roupas do sexo oposto, existindo o envolvimento do emocional, da identificação e do sentir-se como uma pessoa de outro gênero, sentindo na maioria das vezes, a rejeição, raiva e até mesmo o constrangimento por ter um órgão sexual que não condiz com sua identidade de gênero (JESUS, 2012).

2. OBJETIVO GERAL

Conhecer a vivência de acadêmicos transgêneros dentro dos espaços acadêmicos, quais as dificuldades que este grupo enfrenta no ensino superior e qual a percepção dos estudantes cisgêneros (indivíduos que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, diferente dos transexuais, que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento) em relação à presença de pessoas trans no ambiente universitário.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as principais dificuldades dos acadêmicos transexuais no ensino superior;
- Identificar situações de violência e transfobia por estudantes que já passaram por algum tipo de violência física ou verbal ao ser exposto sua identidade de gênero;
- Analisar as principais fontes de violência e transfobia dentro do ensino superior.

- Compreender a percepção que os estudantes que se reconhecem como cisgêneros têm frente à presença de pessoas trans no ensino superior.

4. TRANSEXUALIDADE E SOCIEDADE

4.1 FENÔMENOS TRANSEXUAIS

Partindo do pressuposto de que a ideia de transição de um sexo ao outro, sendo procedimentos e intervenções sobre o corpo transexual, seja ela cirúrgica ou hormonal, com o objetivo de adequar o corpo a sua identidade de gênero, já acontecida em culturas bem antigas como da mitologia grega, as questões relacionadas ao desconforto entre o sexo biológico e o que era desejado pelo indivíduo só puderam ser solucionadas a partir do momento em que a medicina iniciou seus avanços a fim de atender as expectativas de pessoas que precisavam estabelecer a correta concordância do seu gênero (BRISSON, 2002).

Os primeiros médicos a terem o interesse em estudar esses casos relacionados com as patologias sexuais ligadas ao gênero foram Magnus Hirschfeld e Henry Havelok Ellis. Alguns registros falam que o primeiro contato transexual foi feito pelo alienista francês Jean-Etienne Esquirol em 1838, porém, foi o médico generalista David O. Cauldwell que em 1949 classificou o transexual como *psychopatia transexualis*, definindo como um dos desvios sexuais mais incomuns, onde ele relata o forte desejo de seus pacientes em se obter um corpo completo do sexo oposto, assim desejando se submeter a cirurgia que readequaria seu corpo a um homem ou mulher completo.

Em 1953, após a intervenção cirúrgica de transgenitalização realizada em George Jorgensen, o endocrinologista norte-americano Harry Benjamin identificou o transexual, sendo homem ou mulher, como um indivíduo infeliz com o sexo pela qual lhe foi dado ao nascimento. Para Benjamin, os transexuais eram vistos como pertencentes ao sexo oposto, diferente de como ocorre com as travestis.

A repercussão causada pelo caso de Christine Jorgensen provocou um aumento nunca visto no número de pessoas que estavam em busca da cirurgia e da terapia hormonal a fim de acabar com o conflito causado por ter um corpo pela qual

não condizia com sua imagem, o que colocava a identidade sexual e a própria existência do indivíduo em questão (BENJAMIN, 1953).

O livro *Sex and Gender*, Stoller (1968), o primeiro livro sobre o assunto, do autor Stoller, foi escrito depois do resultado de dez anos de pesquisas realizadas, incluindo o acompanhamento realizado com os pacientes juntamente com seus familiares, mostrando uma visão nunca vista sobre a identidade de gênero e a transexualidade. Já o livro: *Experiência transexual*, Robert J. Stoller (1982), retratou a transexualidade como uma desordem, descrevendo o indivíduo como biologicamente normal na qual desejava trocar seu sexo.

Além dos estudos propostos por Benjamin (1953), a transexualidade ganhou forças nos Estados Unidos através de pesquisas socioantropológicas sobre os fatores que estavam ligados diretamente na definição de identidade sexual. Esses estudos tornaram possível a discussão sobre a transexualidade e seus anexos, como a separação do biológico e do social, permitindo a novas possibilidades de compreender esse fenômeno.

Historicamente Harry Benjamin (1953) é considerado como uma das principais referências referente à transexualidade, onde ele também relatava sua relação com a endocrinologia.

Assim, em 1980, o termo transexual teve seu lugar na medicina e na psiquiatria, sendo incorporado no diagnóstico psiquiátrico DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais, American Psychiatric Association, 2014).

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM), através da resolução nº 1.482, autorizou o processo cirúrgico de transgenitalização em pacientes transexuais no país alegando ser parte do processo terapêutico, partindo do pressuposto de que o paciente possuía desordem psicológica referente à sua identidade de gênero e aversão ao seu fenótipo, o que poderia causar automutilação e/ou autoextermínio.

Porém, anteriormente a essa data, processos cirúrgicos de transgenitalização eram proibidos no país e pessoas que desejavam submeter-se a esses procedimentos, recorrem a clínicas clandestinas ou a médicos em outros países. (BENJAMIN, 1910)

Em 2008, em acordo com as diretrizes do Conselho Federal de Medicina, o governo brasileiro oficializou o processo transexualizador, o que inclui a hormonioterapia e a cirurgia de redesignação pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Só em novembro de 2013, o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2.803, ampliou esse processo transexualizador, tornando possível a cirurgia também da genitália feminina para a masculina, que anteriormente somente poderia ser possível a realização da mudança cirúrgica da genitália masculina para a feminina. (OMS, 2013)

A inclusão de transexuais no código internacional de doenças teve início em 1980 e perdurou até 2018. Até pouco tempo a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou pessoas transexuais como um padrão patológico denominado “transtorno de identidade sexual”, sendo atribuído a um código internacional de doenças (CID). Então, em 2019, a OMS aprovou a resolução que retira o “transtorno de identidade” do CID-11, código usado para classificar a transexualidade como um transtorno psiquiátrico (OMS, 2019).

4.2 NOME SOCIAL

O uso do nome social é dito como aquele pelo qual transexuais preferem ser chamados, pois estão em concordância com sua identidade de gênero, ou seja, com aquilo que lhe identifica como masculino ou feminino diferente do seu registro civil, onde seu nome registrado não corresponde a seu gênero ao qual lhe identifica. Os direitos fundamentais são um conjunto de ações com o intuito de assegurar uma vida digna ao ser humano, assegurando a liberdade e a dignidade a fim de evitar sofrimentos ao indivíduo. (GREGORIO, 2010)

Uma das maiores conquistas para pessoas transexuais está na forma de respeito, ser reconhecido e identificado pelo nome do qual está adequado a sua realidade, sendo ele social e institucional. Porém, no Brasil se observa é uma ausência preocupante de uma legislação que ampare os direitos básicos da pessoa transexual, principalmente em ambientes educacionais, como escolas e universidades (MIGLIORE, 2010).

O uso do nome social é uma ferramenta que tem como objetivo a promoção do convívio social do indivíduo transexual, mais também pela manutenção do ambiente educacional, favorecendo o acolhimento. Ao ser chamado pelo nome social, o indivíduo se sente compreendido e o sentimento de inclusão gera bem-estar, o que melhora o aprendizado e o convívio harmonioso no ambiente acadêmico. (GREGORIO, 2010)

Em junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), possibilitou a oportunidade de pessoas transexuais realizarem a alteração do nome e sexo jurídico de forma cartorial. Esse processo só foi possível graças ao projeto de lei nº 5.002/2013- Lei João Nery, de autoria do ex. Deputado Federal Joao Wyllys (PSOL-RJ) e da Deputada Érika Kokay (PT-DF) que dispõe sobre a identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei nº 6.015 de 1973.

Este mesmo projeto de lei também contempla a liberdade para realizar, ou não, modificações corporais, retificações em diplomas, mudança na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), uso do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, Alistamento Militar Obrigatório, dentre outros.

Segundo relatos de Tenório (2017), em vários países existem diversas formas para se realizar a retificação do nome e sexo jurídico, algumas autorizadas por decisões judiciais, por diagnóstico médico e cirurgias e outros pela autodeclaração da pessoa transgênero, de forma que o mesmo se dirige ao cartório de seu registro. A perspectiva é demonstrar a importância do reconhecimento social das pessoas travestis e transexuais, o que gera a inclusão dessas pessoas no convívio social.

Apesar do uso do nome social estar garantido pela Portaria nº 1820/2019, do Ministério da Saúde, que especifica a forma como o usuário deve ser identificado, inclusive em listas de frequência, ainda existem muitas barreiras a serem derrubadas. A falha no respeito ao uso do nome social escolhido pelos indivíduos enquadra-se como violência, constringendo-os e causando sofrimento, o que gera o afastamento do convívio social com os outros acadêmicos e com os próprios docentes. (BENEDETTI, 2015)

A exclusão e a não aceitação da família no que se diz respeito ao nome social, gera vulnerabilidade e pode acarretar sérias consequências em vários aspectos que envolvem o indivíduo, seja na dimensão social, educacional, no

mercado de trabalho ou em outros aspectos. Sendo assim, surgindo à violação dos direitos do indivíduo transexual por preconceito e discriminação, o que acometem a perda da fonte primária de apoio. Ocorre constantemente a dissolução do convívio familiar não só pela pessoa trans, mas também pelos próprios familiares, onde os mesmos não reconhecem o indivíduo transgênero como parte da família o que acaba gerando a ruptura do laço familiar (COSTA & DELL'AGLIO, 2009).

Na maioria das vezes se observa um padrão onde, após o desenraizamento familiar, existe a substituição dos laços familiares por laços socioculturais onde o indivíduo se sente familiarizado naquele meio (COSTA & DELL'AGLIO, 2009).

Essa exclusão familiar acarreta também a exclusão escolar, pois, como já mencionado anteriormente, o afastamento da família faz com que ocorra o afastamento da pessoa transexual desse meio escolar, tornando a escolarização precária e a difícil sociabilidade, o que impacta diretamente no mercado de trabalho, em decorrência de uma formação insuficiente dessas pessoas (COSTA & DELL'AGLIO, 2009).

A dificuldade em adquirir a documentação adequada à identidade de gênero gera uma exclusão no mercado de trabalho, o que leva ao não desenvolvimento profissional do funcionário, gerando até uma não continuidade do vínculo empregatício. A ausência da correta documentação serve também para mascarar a transfobia, no visto que a empresa evita a contratação pela divergência entre gênero e documentação, gerando constrangimento à pessoa trans (PROCHNO & ROCHA, 2011)

Apesar da Constituição Federal de 1988, que está exclusivamente voltada para à necessidade do povo, designado a assegurar os direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, bem estar e acima de tudo à igualdade sem preconceitos, a sociedade está longe de aceitar que os mesmos direitos à dignidade que se aplica a qualquer cidadão, seja também aplicado à pessoas transexuais.

Podemos afirmar que para se alcançar plenitude, o transexual necessita não só da cirurgia de redesignação sexual, mas também o direito á retificação do nome social e sexo no registro civil. É de suma importância o papel que o nome social representa para as pessoas transexuais. O nome social e o nome do qual o indivíduo

deseja ser identificado, já que o nome de registro está divergente do modo de vida que o indivíduo assume atualmente (DESCHAMPS, 2009).

4.3 PONTOS DE CONFLITO

Uma das polêmicas preocupantes está em torno de profissionais do esporte, onde os outros participantes alegam que pessoas trans não estão de acordo com as regras impostas, afirmando que o esportista trans está utilizando de vantagens do seu corpo biológico sobre os outros participantes. (CAMARGO,WAGNER,et al,2017)

Segundo o Comitê Olímpico Internacional (COI), não é preciso fazer a cirurgia de redesignação sexual, em disputas femininas, por exemplo, é suficiente a competidora ter nível de testosterona abaixo de 10 nanomols, por litro de sangue. Porém, com a heteronormatividade, termo usado para destacar a necessidade de se ter um padrão heterossexual, e com a marginalização das pessoas trans, mesmo com testes realizados e serem aprovados para participar dos seus respectivos esportes, os demais competidores cis normativos não entendem a importância da inclusão desses competidores trans, o que acaba contribuindo para o processo de violência e exclusão.

O assunto também é bastante discutido entre endocrinologistas. Alguns afirmam que apesar da redução dos níveis de testosterona no sangue da atleta trans, a competidora ainda vai ter vantagens físicas como permanência da massa muscular e da densidade óssea. Outros dizem que diminuição da testosterona é o suficiente para competidoras transexuais poderem competir contra as competidoras cis. (CASTRO, 2020)

A discussão sobre a importância de incluir cada vez mais pessoas transexuais nos esportes ainda são muito polêmicas em decorrência de poucos estudos feitos sobre o assunto. Por isso, para a participação de atletas trans nos esportes sem precisar de autorização prévia dos comitês organizadores foi possível graças ao V Gay Games de New York em 1994, evento cultural e esportivo voltado para a comunidade LGBT+.

Em relação aos jogos olímpicos, o (COI), em 2015, editou suas diretrizes para permitir a inclusão de competidores transexuais nos esportes. Na década de 1970, uma das primeiras competidoras transexuais a representar a classe trans, participando na modalidade competitiva, foi Renne Richards, competindo na disputa de jogos de tênis de campo individual. Em 2016, na Itália, o vôlei teve uma série de modificações com a contratação da competidora Alessia Ameri, de 30 anos, a primeira trans a competir em uma partida oficial de vôlei do campeonato italiano.

Quando o assunto é voltado para a religião, tem-se visualizado um número crescente de discursos de ódio dentro das igrejas não só contra transexuais, mas contra toda a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexual, Assexual). Essa ocorrência se dá pela a realização do Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, que traz a importância da identidade de gênero nas escolas, sendo denominado como “ideologia de gênero” pelo movimento extremista cristão, afetando ainda mais o transexual. Esse cenário destaca a discriminação que envolve essas pessoas, mostrando o histórico de preconceitos a que estão sujeitos na sociedade brasileira. (PNE, 2014)

De forma potencializada, ao invés da forma comum de visibilização, esse movimento anti-ideologia de gênero, tornou ainda mais difícil a sobrevivência dessas pessoas, destacando o medo, o ódio, errado e pecaminoso, usando como justificativa a defesa da família tradicional brasileira. A negação por parte da família não é exceção, o que acaba integrando ainda mais os paradigmas conservadores vindo através de uma religiosidade altamente conservadora e transfóbica. (JUNQUEIRA, 2018)

Outra dificuldade encontrada pela população transexual é referente a possibilidade do casamento. Entendendo que, em uma situação onde o parceiro desconhece a condição do cônjuge transexual, mesmo este sendo pertencente ao seu nome e sexo condizente com o registro, o ato poderá ser anulado com base no fundamento de que possa ter ocorrido um erro, sendo enquadrada como fraude. A cirurgia de redesignação tem como objetivo em atingir um modelo anatômico referente a identidade de gênero do indivíduo transexual, onde este possa mudar o sexo e adequá-lo à sua realidade através de procedimentos cirúrgicos. Apesar de a cirurgia utilizar-se de modificações corporais para readequar o indivíduo ao seu gênero de escolha, o procedimento não permite alterações do código genético do indivíduo,

contendo as características sexuais cromossômicas dadas no nascimento. Isso indica a não ocorrência de transformações biológicas, somente ocorrendo a adequação psicológica, não havendo modificações nos processos moleculares do indivíduo. (Superior Tribunal de Justiça, 2014).

4.4 TRANSFOBIA

A transfobia é o nome dado quando indivíduos sentem aversão contra pessoas transexuais. O Brasil é o país em que mais ocorrem assassinatos por conta de transfobia, sendo acompanhado de uma realidade brutal onde oprime e estigmatiza os indivíduos transexuais. A violência constante sofrida por esses indivíduos torna impossível a realização de atividades simples e cotidianas que pessoas cisgênero, segundo a professora Tatiana Lionço (2013), indivíduo que nasce com seu sexo definido ao nascimento e que se identifica com o mesmo, normalmente exercem no seu cotidiano. Diversas vezes, esses são indivíduos excluídos do convívio com a família, na escola, ambientes religiosos e no mercado de trabalho, causando sofrimento tanto físico como psicológico (ANTRA, 2019).

Um exemplo de adequação tardia no conceito transexual no Brasil, temos o Mártir, Roberto Farina, primeiro médico a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil em 1971, em uma mulher transexual chamada Waldirene Nogueira. Apesar de esse tipo de cirurgia não ser novidade, Farina, em 1978 foi processado pelo (CRM) e condenado, tendo a acusação de causar lesões corporais graves (FARINA, 1982).

As afirmações usadas pelo juiz que condenou Roberto Farina são válidas apenas para uma visão do sexo biológico, sendo utilizadas até hoje como argumentos para dificultar e impedir a integração de pessoas transexuais. As afirmativas foram: a “vítima” do médico Farina não poderia ser uma mulher, por não possuir os órgãos genitais internos de uma mulher, a transexual sendo uma doente mental, deveria procurar ajuda psicanalítica ao invés de cirúrgica (REYS & SALOMONE, 1978).

Falar de transfobia implica em levantar questionamentos sobre uma sociedade de opressões e de exploração entre sexos, marcada por relações patriarcais de gênero que está ligada com a construção de ideologias, tornando naturais os

processos de desigualdades além da desvalorização da existência da diversidade humana (CISNE, 2018).

Nesse mesmo contexto, essa mesma sociedade impõe a idealização de valores extremamente conservadores associado a família tradicional brasileira e a uma heterossexualidade compulsório, cristalizada em prol do binarismo de gênero com a justificativa de que “homens e mulheres são distintos e que essa diferença está fundada na diferença dos corpos biológicos, sendo algo imutável e inquestionável” (CFESS, 2016).

Quando falamos de LGBTfobia, temos o Brasil como o país que mais mata LGBT no mundo, com números elevados e com características de crueldade. Segundo informes do grupo Gay da Bahia-GGB (2019), a cada 20 horas temos um LGBT morto de forma violenta e cruel e dentro deste mesmo contexto, temos as pessoas trans que representam a categoria mais vulnerável às mortes violentas. Os dados levantados indicam que “o risco de uma pessoa trans ser assassinada é dezessete vezes maior se for comparar com o número de assassinatos de homossexuais, por exemplo,”.

Segundo Benevides e Nogueira (2019), para se ter uma ideia, no ano de 2017 foram registrados 179 assassinatos de pessoas transexuais, onde 10 eram homens trans e 169 eram travestis e mulheres trans. Já em 2018, tiveram registro de 163 pessoas trans, sendo 1 pessoa não-binária, 4 homens trans e 158 travestis e mulheres trans.

É de importância destacar que travestis e transexuais com etnia negra, estão em sua maioria na prostituição, por isso, proporcionalmente estas estão com os maiores índices de violências e assassinatos. Em 2018, nos 82% dos casos, as vítimas foram identificadas como negras e pardas. (Benevides E Nogueira, 2019).

Com os dados do IBGE (2016), a expectativa de vida referente à média nacional é de 75,8 anos. Essa expectativa caiu para os 35 anos para o caso de mulheres trans, segundo estudos apresentados pelo Senado Federal (BORTONI, 2017).

Ao analisarmos esses números é possível identificar que mulheres transexuais estão entre as maiores vítimas de transfobia e transfeminicídio em comparação com homens trans.

De acordo com os dados analisados pelo Antra, no estado de São Paulo em 2019 foi o estado que mais teve assassinatos de pessoas trans, com 21 assassinatos, tendo um aumento significativo de 50% dos casos em relação ao ano anterior, seguido do estado do Ceará com 11 casos, Bahia e Pernambuco com 8, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul com 7 casos e Goiás com 6 casos. Os estados do Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba aparecem com 5 casos cada; Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte com 4; Alagoas, Rondônia e Tocantins com 2 e os estados com 1 caso registrado foram Mato Grosso do Sul, Roraima, Sergipe e Piauí. (ANTRA, 2018)

A violência está presente em todos os níveis de idade, porém a chance de uma pessoa trans ser assassinada aumenta quando se está entre os 15 e 45 anos. Os dados do mapa de assassinatos em 2019 apontam que 59,2% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos; 22,4% estão aquelas entre 30 e 39 anos; 13,2% estão entre 40 e 49 anos; 3,9% estão entre 50 e 59 anos e 1,3% estão os com 60 e 69 anos.

A morte prematura de jovens trans com idade de 15 anos mostra o quanto a juventude trans está voltada diretamente para a violência desenfreada que enfrentam no dia-a-dia. A morte prematura de jovens na faixa de 15 a 29 anos por homicídio é um fenômeno que tem crescido bastante no Brasil desde a década de 80.

5 . METODOLOGIA

5.1. TIPO DE ESTUDO

Foi realizado um estudo do tipo descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa, cujo objetivo principal foi conhecer a vivência de acadêmicos transgênero dentro dos espaços acadêmicos e quais as dificuldades que este grupo enfrenta no ensino superior.

Na abordagem quantitativa, os resultados foram analisados conforme as constantes do estudo de aplicação de análises estatísticas, através de softwares específicos para esse fim, como GraphPad Prism e Microsoft Excel 2018.

5.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Foram convidados a participar da pesquisa, indivíduos que se reconheçam como transgêneros ou cisgêneros, que possuam acima de 18 anos completos e que cursem ensino superior ou pós-graduação.

5.3. LOCAL DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada através da aplicação de formulário eletrônico pela plataforma virtual Google Forms, tendo 12 questões para indivíduos que se considerem transgêneros e 11 questões para indivíduos que se considerem cisgêneros, onde um link foi encaminhado aos usuários através redes sociais eletrônicas e aplicativos de trocas de mensagens, como Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp.

Foi encaminhada mensagem através das redes sociais e aplicativos com o seguinte conteúdo e link:

*“Olá, você está sendo convidado para colaborar como participante da pesquisa intitulada **VIVÊNCIA DE ACADÊMICOS TRANSGÊNEROS NA ÁREA DA SAÚDE: ANÁLISE DAS DIFICULDADES SOFRIDAS NO AMBIENTE ACADÊMICO**’ sob coordenação do Prof. Me. Felipe R. Magalhães de Aguiar, com o objetivo de conhecer a vivência de acadêmicos transgêneros dentro dos espaços acadêmicos, quais as dificuldades que este grupo enfrenta no ensino superior e qual a percepção dos estudantes cisgêneros em relação à presença de pessoas trans no ambiente universitário.*

Sua participação é muito importante e todos os informes sobre a pesquisa estão no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contido no próprio link da pesquisa e pode ser acessado clicando aqui (LINK DA PESQUISA)”.

Os usuários que acessaram os formulários disponíveis para a realização da pesquisa têm acesso, em primeira página e antes de acessar as questões, ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde consta todas as informações referentes à mesma, como explicações acerca do projeto, riscos, benefícios e procedimentos de minimização de riscos, assim como todos os contatos dos

pesquisadores responsáveis e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Fametro.

Após a leitura, houve, na parte final, uma mensagem dizendo: *“Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador”* e um botão escrito *“Eu concordo”*.

Quando aceitam participar da pesquisa, através da opção de concordância com os termos apresentados, o participante prossegue de forma online para o questionário principal da pesquisa, podendo, a qualquer momento, desistir ou retirar sua autorização de participação.

5.4.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

- Indivíduos transgêneros ou cisgêneros, com 18 anos completos ou mais que estejam matriculados em instituições de ensino superior ou em cursos de pós-graduação;
- Indivíduos que concordam em participar da pesquisa através da opção de aceitação do TCLE.
- Indivíduos que concordam com acesso à internet através de equipamentos eletrônicos e ao link do questionário.

5.4.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

- Indivíduos menores de 18 anos completos;
- Indivíduos que não se reconheçam como transgêneros ou cisgêneros;
- Indivíduos que não concordam em participar da pesquisa através da opção de aceitação do TCLE.

5.4.3 RISCOS

- Há o risco de o indivíduo participante sentir-se constrangido com alguma pergunta formulada no questionário, caso responda em ambiente não privativo;
- Risco de publicação de dados pessoais do questionário, em caso de hackeamento ou manipulação errônea do sistema por parte do pesquisador.

5.4.4 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

- Para a diminuição do risco de constrangimento, as questões foram arquivadas com base em conceitos éticos pré-estabelecidos, além de utilizarem palavras de fácil entendimento e comuns na língua formal e informal.
- Para que haja diminuição no risco de publicação dos dados pessoais, somente o próprio pesquisador terá acesso ao formulário, além de ter trabalhado em um treinamento sobre a plataforma, e os indivíduos serão identificados somente através das iniciais dos nomes e sobrenomes, codificados e com senha.
- Todos os formulários eletrônicos foram arquivados e foram apagados após o período mínimo de guarda dos documentos (5 anos), conforme a Resolução nº 466/12.
- Existe um aviso na descrição do questionário aconselhando os participantes a responderem em local privativo ou através do próprio smartphone.

5.4.5 BENEFÍCIOS

- Trazer maiores informações sobre os problemas relacionados à violência e discriminação por motivo de gênero e sexualidade dentro das instituições de ensino brasileiras, gerando dados que possam subsidiar políticas públicas em defesa de grupos discriminados.

5.4.6 ASPECTOS ÉTICOS

- Esta pesquisa foi realizada de acordo com as normas éticas para a realização de pesquisa envolvendo seres humanos, regidas pela resolução 466/12 do Ministério da Saúde.

- O presente estudo garante aos participantes a isenção de qualquer custo referente ao mesmo, descrição quanto às informações prestadas e anonimato, incluídos no referido TCLE. (CNS, 2012).
- O projeto para a realização desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Fametro, para análise onde se obteve aprovação ética da página Plataforma Brasil, com número de parecer: 4.384.938.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de autodefinição tem se mostrado um marco decisivo na vida das pessoas trans, tratando-se de uma série de descobertas onde seu corpo não se encaixa na identidade de gênero da qual foi designada ao seu nascimento.

Mesmo sendo uma potência mundial, o Brasil ainda se destaca por vivenciar um dos maiores problemas sociais que perdura por décadas: o preconceito contra transgênero. De acordo com o ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) 2018, cerca de 90% da população transexual sobrevive unicamente da prostituição e isso mostra o quanto sociedade julga essas pessoas como incapazes, desprezando a capacidade dos mesmos, que nesse processo, acabam por serem rotulados a estarem destinados apenas a uma vida de trabalho sexual. Além disso, a baixa taxa de empregabilidade se dá pela falta de escolaridade da grande maioria, pelo fato do preconceito e do bullying já iniciarem na fase inicial do colégio, tanto por parte dos professores como pelos próprios colegas.

No presente estudo, 73 indivíduos participaram respondendo ao questionário aplicado virtualmente. Destes indivíduos, 20 (27,4%) se definiram como transexuais transgêneros ou travestis e 53 (72,6%) como cisgêneros.

Dentre os indivíduos cisgêneros, 19 (35,8%) disseram se identificarem com o sexo masculino, 33 (62,3%) com o sexo feminino, enquanto 1 (1,9%) preferiu não informar com qual sexo se identificava. Já em relação aos indivíduos transgêneros, transexuais ou travestis, 7 (35%) identificam-se com o sexo masculino, 9 (45%) com

o sexo feminino, enquanto 4 (20%) prefeririam não informar sua identificação de gênero, como demonstrado no gráfico 1.

A: Indivíduos cisgêneros;

B: Indivíduos transexuais, transgêneros e travestis.

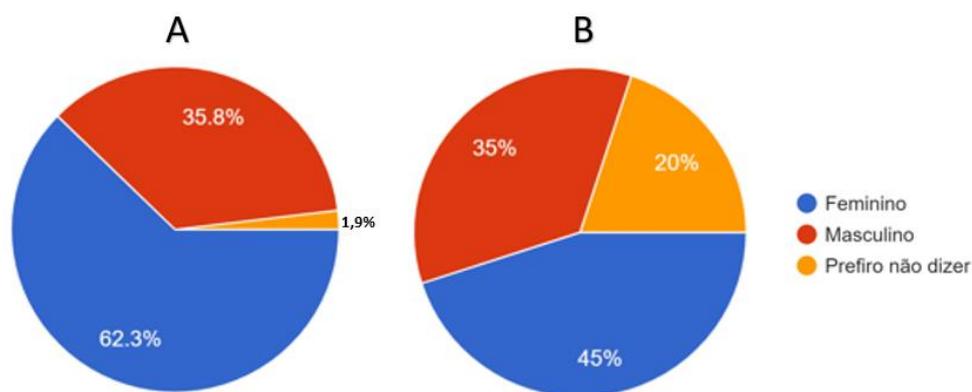


Gráfico 1. Representação de como os indivíduos cisgêneros e transexuais, transgêneros e travestis se reconhecem de acordo com o gênero.

Essa diferença entre os dois grupos em relação à não vontade de informar sua identificação de gênero pode ser relacionada ao histórico de preconceito e violência que a população não-cisgênera sofre durante toda a vida em decorrência da sua identidade própria, levando esses indivíduos a temerem se identificarem com qualquer gênero diferente do que a sociedade convencional.

Em relação ao grau de formação educacional, o presente estudo demonstrou que, entre a população cisgênera do estudo, 27 indivíduos (50,9%) estão cursando a graduação, 10 (18,9%) são graduados, 5 (9,4%) estão cursando especialização, 5 (9,4%) já são especialistas, 4 (7,5%) cursam mestrado, 1 (1,9%) é mestre e 1 (1,9%) cursa pós-doutorado. Esses dados mostram a discrepância existente quando se compara com o público trans, onde: 14 (70%) cursam a graduação, 2 (10%) são graduados, 2 (10%) são especialistas, 1 (5%) está cursando uma especialização e 1 (5%) é mestre, como demonstrado no gráfico 2.

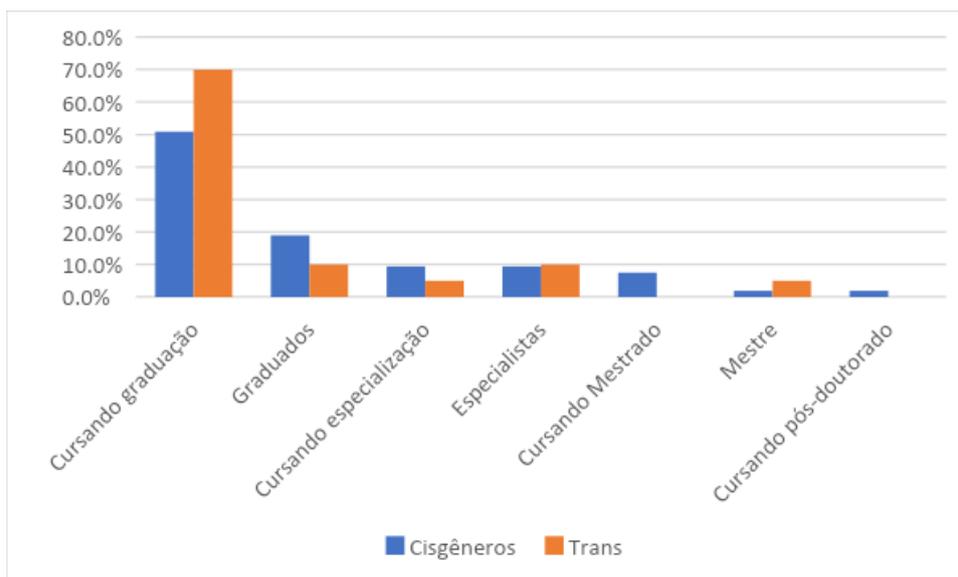


Gráfico 2. Nível de escolaridade entre indivíduos cisgêneros e trans participantes da pesquisa.

Percebe-se que, quanto maior o grau de formação, menor a quantidade de indivíduos trans. Esse fato demonstra que o bullying no ambiente educacional, a não-aceitação por parte da sociedade, são fatores importantes para a não continuidade desses indivíduos no ambiente universitário. (CRUZ, 2012)

Foi questionado aos participantes se eles acreditavam que ser trans influenciava na saída e na desistência desses indivíduos do ensino superior. Dentre o público cisgênero, 15 (28,3%) acham que não há influência em decorrência desse aspecto, enquanto 38 (71,7%) acreditam na influência desse aspecto na desistência dos indivíduos trans. Já quando o mesmo questionamento é feito aos indivíduos trans, 20 (100%) acreditam que ser trans é um fator influenciador na desistência do ensino superior.

Dados como esse são preocupantes, pois demonstram que a condição de gênero ainda não é vista por uma parcela da população como um fator importante de evasão do ensino superior, mesmo quando quem sofre consequências afirmando que é um motivo determinante. Situações como essa, de não-importância, podem levar à violência contra o público trans, como demonstrado nessa pesquisa, onde os 20

indivíduos trans participantes (100%) informaram que já sofreram algum tipo de violência dentro do ambiente universitário.

Em decorrência desse fato relacionado à violência, a pesquisa também demonstra que 7 (35%) dos indivíduos trans pesquisados dizem que já pensaram em abandonar o ensino superior pelas dificuldades encontradas pelo seu reconhecimento de gênero.

Essas dificuldades muitas vezes podem ser traduzidas como piadas, frases discriminatórias, violência psicológica ou física, dentre vários outros processos que visam diminuir a autoaceitação do público trans. Ao serem questionados sobre sofrerem preconceito ou discriminação dentro do ambiente universitário, dentre os indivíduos trans participantes, 12 (60%) dizem sofrer com esse tipo de problema dentro do ambiente universitário, sendo que 6 (50%) passam por isso de forma não tão constante, 4 (33,3%) raramente e 2 (16,7%) dizem sofrer o preconceito diariamente.

Também é importante perceber que a discriminação e o preconceito podem ser advindos de diferentes sujeitos do processo educacional. Dos 12 indivíduos que dizem sofrer com esse tipo de problema, 10 (90,9%) foram vítimas de outros colegas estudantes, 8 (72,7%) de professores, 4 (36,4%) de funcionários técnicos das instituições de ensino superior, 2 (18,2%) de coordenadores, 2 (18,2%) do corpo diretivo e 3 (27,3%) de outros sujeitos como pais e mães de alunos, como demonstrado no gráfico 3.

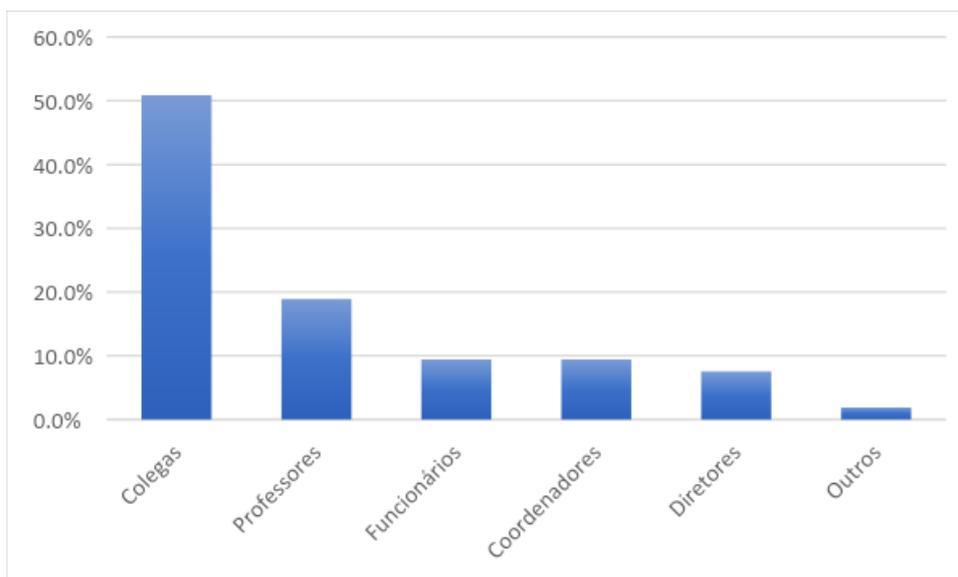


Gráfico 3. Percentual de sujeitos do processo educacional que já foram responsáveis por atitudes preconceituosas ou discriminatórias contra indivíduos trans participantes da pesquisa dentro do ambiente universitário.

Um dos motivos também relatados para a ausência de acadêmicos transexuais está tanto no preconceito por parte dos outros acadêmicos cisgêneros e pela dificuldade do acesso a esses espaços educacionais, quanto pelo preço não acessíveis e não conclusão do ensino médio, também em decorrência de bullying no ensino básico. (CRUZ, 2012)

Na construção social de gênero do indivíduo, locais como o ambiente familiar se tornam uma das peças fundamentais para definir os comportamentos das crianças conforme o que é certo e errado pela sociedade, assim forçando os muitos comportamentos heteronormativos e cisnormativos demonstrados nos resultados dessa pesquisa. (MARTINS, 2015)

O termo cisheteronormatividade é um conceito que traz a ideia de algo saudável, natural e verdadeiro, porém, sendo apenas para pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi dado ao nascimento, sempre sendo associado à binariedade do indivíduo homem/mulher e deixando claro a sua relação com a heterossexualidade como uma norma a ser seguida e padronizada. (MARTINS, 2015)

Essas normas que estão fixadas como regras a serem seguidas na sociedade são tidas como normais tanto em questões de gênero como sexualidade, impondo a forma de ser e agir e de se comportar que um indivíduo deve ter durante sua vida perante a sociedade, trazendo diversas consequências para o indivíduo transexual. (MARTIN, 2015)

Deste modo, a transexualidade é vista como uma patologia, pois é uma forma de expressão social do próprio indivíduo percebida, muitas vezes, como uma anormalidade, uma vez que o indivíduo não se encaixa em uma estrutura de binariedade. Como consequência, surgem os diversos tipos de exclusão. A homofobia entra como uma das consequências desse fato, sendo uma forma de exclusão para aqueles que não se enquadram no seu papel determinado de acordo com o seu sexo biológico. Tendo isso em mente, podemos dizer que o sistema cis/sexismo é, sim, responsável pela promoção e disseminação da violência e invisibilidade sobre as pessoas trans, o que também podemos chamar de transfobia. (GOULARTH, 2015)

Como exemplo, podemos apontar as experiências das pessoas entrevistadas que revelam um processo de conflito com pessoas próximas, como amigos, familiares ou colegas de trabalho, pois não são compreendidas de diversas formas, sofrendo discriminação, agressões físicas e verbais.

Um exemplo é o nome de registro, que tem uma importância especial para as pessoas trans, porém do ponto de vista reverso. Essa importância reversa de identificação passa a refletir diretamente no uso do nome social, uma vez que este esteja configurado como uma reafirmação do próprio indivíduo. Essa necessidade de ter o nome social registrado é algo que está interligado não somente com a identidade de gênero, mas também como uma forma de se evitar constrangimentos. A retificação do nome social traz um marco importante para a pessoa trans. Apesar do processo não necessitar de processos judiciais, não podemos deixar de destacar que o processo é longo. A discrepância entre o nome de registro civil e a aparência física é um dos motivos de discriminação que leva ao isolamento social, desemprego e ao afastamento dos serviços de saúde. (CRUZ, 2012)

Em um dos relatos descrito por uma participante da pesquisa, ela frisa bem a “perseguição dos professores” como um acontecimento diário, destacando frases como:

“as meninas (dita de forma jocosa) não aguentam mais a questão do não respeito ao tal do nome social”.

Como demonstração do fato de o nome de registro de nascimento ser, muitas vezes, utilizado de modo jocoso e com tom discriminatório, uma mulher trans participante da pesquisa fez o seguinte relato:

“uma colega me tratou no masculino e o técnico da biblioteca não respeitou meu nome social e ainda fez troca do nome morto em voz alta”.

Esses indivíduos sofrem com o preconceito, discriminação, sentimentos de invisibilidade e violação dos seus direitos por consequência de uma sociedade atual que está ligada à desinformação e à propagação do ódio. Fatos como esse só geram prejuízos à população trans, pois essas pessoas possuem dificuldades em obter serviços que são direitos básicos de qualquer indivíduo, sendo trans ou não. (CORREA, MENDONCA et al.2020)

Neste mesmo contexto, podemos ter noção dos impactos da transfobia e o que ela causa na saúde mental e nos direitos básicos da pessoa trans, que são submetidas a altos níveis de discriminação social e de vários tipos de violência, com um predomínio maior na violência verbal, como relatado por um dos participantes da pesquisa:

“somos lembrados todos os dias, de formas diretas ou indiretas, de que o espaço acadêmico não foi idealizado com nossa presença e que isso implica em um desgaste físico e emocional onde as pessoas cis não precisam passar pelas mesmas dificuldades”

Seguindo o mesmo contexto, uma participante trans diz escutar diariamente o mesmo comentário ao se dirigir ao banheiro feminino, mesmo esse uso sendo um direito de acordo com a lei brasileira:

"O que é aquilo? Que banheiro isso usa? É mulher de verdade? Qual seu nome de verdade? Você tem que usar é o banheiro para deficientes"

A população transexual, especialmente quando falamos dos jovens, se configura como um dos grupos mais susceptíveis aos piores tipos de condições de saúde mental, com predisposição a desenvolver depressão, ansiedade, autoflagelação e comportamentos suicidas. As condições de violências físicas e verbais são fatores devastadores na tentativa diária de diminuição social da pessoa trans por parte de uma grande parcela de indivíduos. (CORREA, MENDONCA et al.2020)

Uma das entrevistadas, mulher trans, diz que desenvolveu distúrbios psicológicos com os ataques de transfobia:

"Me sinto sempre constrangida e com medo no ambiente de ensino. Por esse motivo, desenvolvi síndrome do pânico"

Relatos como esses comprovam que essas pessoas estão submetidas diariamente a todo tipo de violência verbal, tanto por parte de alunos como pelo corpo acadêmico que constitui uma instituição de ensino. O visível despreparo dos desses sujeitos, que deveriam resguardar os valores educacionais, acerca dessa população torna dificultosa a permanência de pessoas trans em instituições de ensino, trazendo à tona problemas psiquiátricos e a desistência da graduação. (BEZERRA, NOGUEIRA, et al 2018).

Porém, esse afastamento é difundido pela vida dessas pessoas, não somente no aspecto educacional, mas também traz consequências graves como o afastamento social e o isolamento dessas pessoas, com dificuldades de uma possível carreira profissional superior, o que faz com que essas pessoas procurem outro meio de se obter seu sustento, como por exemplo, no trabalho sexual. (CRUZ, 2012)

Em outro relato, um homem trans fala sobre comentários maldosos por parte dos próprios funcionários da sua instituição de ensino e de como isso prejudicou tanto no seu desempenho acadêmico como na sua interação social com as outras pessoas do meio acadêmico:

“Eu sempre ouvia piadas por parte dos funcionários
enquanto passava”

A vivência e o respeito da identidade dessas pessoas precisam ocorrer de forma integrativa e inclusiva. O respeito ao nome social é um passo importantíssimo no bem estar e na integração dessas pessoas, mesmo que não seja o suficiente para integrá-las no meio social e acadêmico. Por isso, a utilização do banheiro de acordo com seu gênero também está incluída como um direito básico, o que proporciona uma melhor visibilidade e maior permanência dessas pessoas no ambiente acadêmico. (CRUZ, 2015)

O processo de visibilidade pelo qual esses alunos trans têm lutado ressalta a relevância de investigar os caminhos percorridos e os obstáculos que são enfrentados por esses acadêmicos durante seu processo de graduação e após ele. Por ser um ambiente hostil para transexuais, como demonstrado nessa pesquisa, poucos conseguem concluir a graduação e ter a realização do sonho de ter um nível de escolaridade melhor e uma futura oportunidade de carreira no mercado de trabalho.

Assim aprendemos que o meio acadêmico é um dos principais ambientes que podem desencadear processos de exclusão e todos os tipos de violência. Muitas vezes, esses alunos são obrigados a desenvolver um rendimento acadêmico melhor com a finalidade de reduzir os processos de exclusão e transfobia, porém, em outras

situações, ocorre o efeito contrário: o rendimento acadêmico se torna péssimo e a convivência com os demais colegas de sala torna-se impossível.

Todos os relatos de vivências e experiências vividas por acadêmicos transexuais nas narrativas desta pesquisa destacam urgentemente uma necessidade de intervenção e de reestruturação nos princípios que norteiam a educação no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados que foram colhidos com esse projeto, foi possível mostrar que a lógica cisheteronormativa representa ainda um poder de controle inflexível e violento sobre aqueles que não se encaixam no padrão que a sociedade impõe, por isso, nesse sentido, a pessoa trans é obrigada a se adequar às regras impostas por essa sociedade para não ser excluída e mesmo assim, acaba por ser marginalizada por seu corpo não está nos padrões normativos.

A transfobia e a violência desenfreada são resultado de normas sexuais e de gênero forçadas pelos próprios poderes institucionais. Com esse fato, podemos destacar que a educação sexual e de gênero é um importante instrumento para promover a compreensão e reforçar o acolhimento para a diversidade sexual e de gênero.

Esse projeto teve o objetivo de mostrar as dificuldades sofridas pela população transexual, trazendo não só dificuldades relacionadas à educação, mas também relatando dados sobre transfobia e a violência acerca do preconceito. É necessário que deixar claro que apesar de ser bastante visível, a transfobia ainda é bastante acobertada pela sociedade, ainda mais quando estamos falando do Brasil, o país que está no topo de mortes por transfobia, além disso, é necessário que este estudo consiga chegar às escolas, em universidades, igrejas, instituições de saúde e principalmente no ambiente familiar como qualquer outro tema que são abordados nesses ambientes contribuindo para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Eduarda. A divisão no esporte deve ser separada por sexo ou gênero?. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5801, 20 maio 2019. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/72896>.> Acesso em: 17 de abr. 2020.

ALLPORT, Gordon W. The nature of prejudice. Reading: Addison-Wesley, 1954. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM IV, 1994. Disponível em< <http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>. >Acesso em 15 de abr. 2012.

ARAN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONCO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 14, n. 4, p. 1141-1149, ago. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400020&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 mar. 2020.

ARGENTIERI, Simona. Travestismo, transexualismo, transgêneros: identificação e imitação. J. psicanal., São Paulo , v. 42, n. 77, p. 167-185, dez. 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000200012&lng=pt&nrm=isso >. acesso em 13 mar. 2020.

AUGE. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200321 > acesso em 12 de abr.2020

BENEDITTI. (Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000200521&lng=en&nrm=iso> acesso em 17 de abr.2020

BENEVIDES, Bruna. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, jan. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017antra.pdf>.> Acesso em 03 nov. 2018

BENJAMIN. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). disponível em : <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005>acesso em 10 de mai.2020

BEZERRA,NOGUEIRA.A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0142.pdf> > acesso em 16 de mar.2020

BLACHOT. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/840/84050674003.pdf>> acesso em 02 de ago.2020

BORTONI. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. disponível em: <

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200210> acesso em 06 de jul.2020

BRASIL, Ministério da Saúde, portaria 2.803, de dezenove de Novembro de 2013. disponível em>

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html< acesso em 20 de fev.2020

BRISSON. Transexualidades - psicanálise e mitologia grega. disponível em:

>http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000100005> acesso em 14 de mai.2020

Bezerra DS, Bezerra AK, de Souza RCM, Nogueira WBAG, Bonzi ARB, da Costa LMM. Homens transexuais: invisibilidade social e saúde mental. Temas em Saúde. 2018;18(1):428-44. disponível em

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0047-2085202000010001300022&lng=en> acessado em 11 de jun.2020

CAMARGO. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva. disponível em:

<[críticahttps://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000100191](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000100191)> acesso em 16 de abr.2020

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). Rev. bras. Hist., São Paulo , v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 Mar. 2020.

CASTRO, Pedro Henrique Zubcich Caiado de; GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. Motrivivência, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-22, abr. 2020. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e62806>>. Acesso em: 03 mar. 2020

CASTRO. a divisão no esporte deve ser separada por sexo ou gênero?. disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/72896/a-divisao-no-esporte-deve-ser-separada-por-sexo-ou-genero/2>> acesso em 12 de ago.2020

CFESS. serviço social e diversidade trans. disponível em: <

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarTrans2015-Site.pdf>>acesso em 14 de jul.2020

BRASIL.CONSTITUICAO, 1988. emenda constitucional. disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>> acesso em 18 de mai.2020

CORREA, Fábio Henrique Mendonça et al . Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. J. bras. psiquiatr.,Rio de Janeiro , v. 69, n. 1, p. 13-22, Jan. 2020. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100013&lng=en&nrm=iso>. acessado em 04 de mar. 2020.

CORREA, GOULARTH. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100013> acesso em 26 de mai.2020

CREGORIO. TRANSSEXUALIDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/18583/pdf>> acesso em 05 de jun.2020

CRUZ. ACESSO À SAÚDE PELA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL: NAS ENTRELINHAS DA REVISÃO INTEGRATIVA. disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100505> acesso em 19 de julh.2020

CSORDAS. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/fractal/v29n1/1984-0292-fractal-29-01-00071.pdf>> acesso em 07 de jun.2020

CYSNE. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100142> acesso em 07 de julh.2020

Costa MB, Cândido JP, Bizerra PL. Acolhimento no âmbito da saúde pública sob a ética de transexuais. Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia. 2017;4(8). disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0047-2085202000010001300008&lng=en> acessado em 10 de jun.2020

Cruz. Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da educação. Saberes em Perspectiva. 2012;2 (2):13-32. disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0047-2085202000010001300001&lng=en> acessado em 04 de abr. 2020

DELEUZE & GUATTARI. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200014&script=sci_arttext&tlng=pt> acessado em 08 de mar.2020

DELL' AGLIO, DESCHAMPS. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004> acesso em 10 de ago.2020

ESPECTOMETRIA. generos não-binarios,identidades,expressoes e educação. disponível em:< <https://pt.scribd.com/document/349275877/7045-33012-1-PB>> acesso em 23 de ago. 2020

FARINA. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. disponível em:<

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000200260> acesso em 12 de jul.2020

GABRIELLA,VALESKA. gênero e diversidade sexual.2019. Disponível em: < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/01/Livro_G%C3%AAnero-Diversidade-Educa%C3%A7%C3%A3o-1.pdf> acesso em 10 de abr.2020

GRADE,CLAUDIA; GROSS, Carolina Baldissera; UBESSI, Liamara Denise. Patologização da transexualidade a partir de uma revisão integrativa. Psic., Saúde & Doenças, Lisboa , v. 20, n. 2, p. 435-451, ago. 2019 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862019000200013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 14 mar. 2020.

GOULARTH. Conceito de tortura e outras informações. Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/navegue-portemas/prevencao-e-combate-a-tortura/conceito-de-tortura-e-outrasinformacoes.>> Acesso em: 29 abr. 2020

GOULARTH. Diversidade de gêneros e ensino de biologia: casos de prazeres e corporeidade não binários [monografia]. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; 2015. disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0047-2085202000010001300003&lng=en> acessado em 06 de mai.2020

JESUS, Jaqueline de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. ed. 2. Brasília. 2012. Disponível em:< <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/201>> acesso em 24 de abr. 2020

JESUS, Jaqueline de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO F^o, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, p.101- 123, 2013.

Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_d_e_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio >Acesso em: 04 abr. 2020.

JESUS. ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS. disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989> acesso em 09 de mar.2020

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo , v. 20, n. 2, p. 307-330, abr. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142017000200307&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 mar. 2020.

LOPES, ANCHESS JOBIM. Transexualidades: psicanálise e mitologia grega. Estud. psicanal., Belo Horizonte , n. 47, p. 47-71, jul. 2017. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000200005&script=sci_arttext&lng=pt> . Acesso em 07 Fev. 2020.

LORENZO. JUNQUEIRA. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004> acessado em 14 de jul. 2020

MARTINS. A DIVERSIDADE DE GÊNERO SEXUAL NA VISÃO DE PROFESSORES E TRANSEXUAIS. disponível em:

<<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/biologia/a-diversidade-genero-sexual-na-visao-professores-transexuais.htm>> acesso em 24 de mar.2020

MILIOGRE. teorias dos direitos humanos, direitos e sociedade. disponível em:<<https://flore.unifi.it/retrieve/handle/2158/1204023/505119/041976%20-%20Teorias%20dos%20direitos%20humanos%2C%20direito%20e%20sociedade%20%28PDF%20Capes%29.pdf>> acesso em 04 de abr..2020

MARTINS. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia. 2017;10(33):257-70. disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0047-2085202000010001300002&lng=en> acessado em 07 de mar.2020

OLIVEIRA, BARBIERI, GROSSI, PILLAR. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 22, n. 2, p. 699-701, ago. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000200025&lng=pt&nrm=isso>. acesso em 13 mar. 2020.

PROCHNO. O jogo do nome nas subjetividades travestis. disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?%20pid=S0102-71822011000200006&script=sci_arttext&lng=pt> acesso em jul.2020

BRASIL. Plano nacional e educação, lei nº13.005, de 2014 disponível em ><http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> acesso em 18 de mar.2020

Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans>> Acesso em: 20 fev. 2020.

REYS. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300016> acesso em 17 de jul.2020

RODRIGUES, Edwirges Elaine; ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. TRANSEXUALIDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 10, n. 1, p. 72-93, out. 2015. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/18583>>. Acesso em: 11 Fev. 2020.

STOLLER. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&nrm=iso> acesso em 14 de abr.2020

BRASIL. Superior tribunal de justiça. O direito dos indivíduos transexuais de alterar o seu registro civil. disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/154275355/o-direito-dos-individuos-transexuais-de-alterar-o-seu-registro-civil>> acesso em 18 de ago.2020

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Direito à Adequação de Sexo do Transexual. Repertório IOB de Jurisprudência. N. 3/96, p. 48, fev. 1996. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_788\)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_788)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf)> acesso em 03 de fev. 2020.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar, de forma voluntária, da pesquisa intitulada: **Vivência de acadêmicos transgêneros na área da saúde:**

Análise das dificuldades sofridas no ambiente acadêmico, que está sob a responsabilidade do pesquisador PROF. MS. FELIPE RODRIGUES MAGALHÃES DE AGUIAR, cujo objetivo é **conhecer a vivência de acadêmicos transgêneros dentro dos espaços acadêmicos, quais as dificuldades que este grupo enfrenta no ensino superior e qual a percepção dos estudantes cisgêneros em relação à presença de pessoas trans no ambiente universitário**. Sua participação no referido estudo será através da resposta a um questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre a vivência universitária em relação à indivíduos cis e trans. Desta pesquisa, você pode esperar alguns benefícios, tais como **trazer maiores informações sobre os problemas relacionados à violência e discriminação por motivo de gênero e sexualidade dentro das instituições de ensino brasileiras, gerando dados que possam subsidiar políticas públicas em defesa de grupos discriminados**.

A pesquisa pode apresentar riscos e desconfortos, tais como: **CONSTRANGIMENTO AO RESPONDER ALGUMAS PERGUNTAS** (o usuário pode sentir-se envergonhado ou inibido) E **PUBLICIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES** (extravio virtual de questionários ou dados após a informatização dos mesmos).

Para minimizá-los, as seguintes ações serão realizadas:

- Não identificação com nome completo dos usuários;
- Somente o pesquisador terá acesso aos dados informados (todos codificados e com senha);

- Todos os formulários eletrônicos serão deletados após o período mínimo de guarda dos documentos (5 anos), conforme a Resolução nº 466/12.

Você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar se justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que venha a receber. **Sua identificação será somente através das letras iniciais de seu nome e sobrenomes.**

O participante será excluído caso não preencha os seguintes critérios de inclusão para a pesquisa:

- Indivíduos transexuais, transgêneros ou cisgêneros, com 18 anos completos ou mais que estejam matriculados em instituições de ensino superior ou em cursos de pós-graduação;
- Indivíduos que concordarem em participar da pesquisa através da opção de aceitação do TCLE.
- Indivíduos que possuam acesso à internet através de equipamentos eletrônicos e ao *link* do questionário.

Em caso de não aceitação do TCLE, basta fechar a aba do seu navegador para não participar da pesquisa.

O pesquisador responsável pelo referido projeto é o Prof. Ms. Felipe Rodrigues Magalhães de Aguiar / felipe.magalhaes@professor.unifametro.edu.br / (85) 99936-1111 / Rua Conselheiro Estelita, 500, Jacarecanga, Fortaleza/CE. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação.

Enfim, tendo sido orientado (a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do estudo, solicito seu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, assim como não haverá despesas aos participantes em decorrência dela.

Este TCLE se baseia-se na Resolução nº 510/18 que trata aos procedimentos éticos do processo de consentimento livre e esclarecido contemplando a via virtual.

Em caso de dúvida, reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, você pode entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Unifametro** no telefone (85) 3206-6417, presencialmente no endereço Rua Conselheiro Estelita, nº 500 de segunda a sexta-feira, das 7h às 12h e das 13h às 16h ou por envio de e-mail ao endereço cep@unifametro.edu.br.

É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, sob responsabilidade o pesquisador principal.

CONSENTIMENTO PÓS ESCLARECIDO

Declaro que após esclarecido e tendo entendido o que me foi explicado, concordo em participar do estudo.

O Presente termo pode ser baixado (download) para o seu aparelho, clicando com o botão direito do *mouse* e escolhendo a opção *salvar como*, em caso de computador. Caso esteja em smartphones ou outros equipamentos similares, deve-se pressionar a tela e clicar em *salvar*.

É importante que você faça o *download*, mantendo consigo a segunda via deste TCLE.

O ACEITO

QUESTIONÁRIO

A. Questionário para ESTUDANTE TRANS

1. Gênero
 Masculino Feminino Outro

2. Faixa Etária
 Menor de 18 anos Entre 18 e 25 anos
 Entre 26 e 35 anos Entre 36 e 45 anos
 Entre 46 e 60 anos Acima de 60 anos

3. Formação
 Graduação Incompleta Especialização
 Mestrado Doutorado

4. Nome do Curso

5. Conhece alguma outra pessoa que se reconhece como trans e que cursa ou terminou um curso de graduação e/ou pós-graduação?
 Sim Não

6. Você já sofreu algum tipo de preconceito e/ou discriminação em decorrência da sua condição de pessoa trans dentro do ambiente universitário?
 Sim Não

7. Se a resposta da pergunta anterior for sim, com qual frequência?
 Diariamente De vez em quando Raramente

8. De quem partiu esse preconceito ou discriminação?
 Colega estudante Funcionário técnico Professor Outro

9. Você algum tipo de violência física dentro do ambiente universitário?
 Sim Não

10. Caso você já tenha sofrido algum tipo de preconceito, discriminação ou violência física, como esse fato aconteceu e como você se sentiu vivenciando essa situação?

11. Já pensou em desistir do ensino superior pelas dificuldades de ser trans?
() Sim () Não
12. Na sua opinião, ser trans influencia na saída dessas pessoas das instituições universitárias? Comente.

B. Questionário para ESTUDANTE CIS

1. Gênero
() Masculino () Feminino () Outro
2. Faixa Etária
() Menor de 18 anos () Entre 18 e 25 anos
() Entre 26 e 35 anos () Entre 36 e 45 anos
() Entre 46 e 60 anos () Acima de 60 anos
3. Formação
() Graduação Incompleta () Especialização
() Mestrado () Doutorado
4. Nome do Curso

5. Você sabe a diferença entre sexo, sexualidade e identidade de gênero?
() Sim () Não
6. Conhece alguma outra pessoa que se reconhece como trans e que cursa ou terminou um curso de graduação e/ou pós-graduação?
() Sim () Não
7. Se a resposta foi SIM, quantas pessoas?
8. Você acha que ser trans influencia na saída dessas pessoas das instituições universitárias? Comente.
9. O que vem a sua mente quando o assunto é transexual ou transgênero? Comente.
10. Você acredita que ser transexual, transgênero ou travesti é aceitável?
() Sim () Não
11. Se a resposta anterior foi NÃO, por qual motivo?